

## **Relatório do XVII Fórum Brasil-Europa – “Clima, Energia e Meio Ambiente na Agenda Política entre o Brasil e a União Europeia”**

Por Daniel Edler  
Colaborador de Projetos Internacionais

Nos dias 26 e 27 de maio foi realizado o XVII Fórum Brasil-Europa, organizado através de uma parceria entre a Fundação Konrad Adenauer, o Grupo Parlamentar Brasil-União Europeia e os Institutos de Ciências Humanas e Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Neste ano, cerca de 160 pessoas participaram dos debates sobre o tema: “Clima, Energia e Meio Ambiente na Agenda Política entre o Brasil e a União Europeia”. Assim como em 2009, o evento teve lugar na cidade de Brasília/DF, sendo o primeiro dia no auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, e o segundo no salão Ouro Preto, no Hotel Kubitschek Plaza.

A cerimônia de abertura contou com a presença de representantes das instituições organizadoras, sendo a mesa composta pelo Dr. Peter Fischer-Bollin, representante da Fundação Konrad Adenauer, o deputado federal Sebastião Bala Rocha, Presidente do Grupo Parlamentar Brasil-União Europeia e o professor da Universidade de Brasília, Estevão Rezende Martins. O deputado Bala Rocha, em nome dos organizadores, deu as boas-vindas ao Fórum Brasil-Europa ressaltando a importância do diálogo promovido pelo evento. Segundo o deputado, a criação do Grupo Parlamentar Brasil-União Europeia reflete a importância que a sociedade brasileira denota às relações com os países desta união, que não se reflete apenas em temas de comércio, mas também em questões mais polêmicas, como mudanças climáticas e eficiência energética. Além disso, o deputado incentivou seus colegas do Parlamento Europeu a tomarem a mesma iniciativa, aumentando os canais institucionalizados de diálogo. Bala Rocha aproveitou a oportunidade para apresentar a estrutura do Grupo Parlamentar, sua composição e importância dentro do Congresso Nacional.

Logo após a cerimônia de abertura, teve início a primeira mesa do Fórum, com o tema “Perspectivas para as relações entre o Brasil e a União Europeia – contexto internacional, temas políticos e parceria estratégica”. A Embaixadora Maria Edileuza, diretora do departamento da Europa no Ministério das Relações Exteriores, ressaltou a satisfação do governo brasileiro com o relançamento das negociações para um acordo de comércio bilateral entre o Mercosul e a União Europeia. Segundo a embaixadora, o Brasil possui certas afinidades sociais, econômicas e políticas com a Europa, o que pode ajudar no diálogo em áreas sensíveis para os dois lados. Ainda comentando o atual estágio das relações com o velho

continente, a embaixadora mencionou uma área onde ainda há bastante discordância entre a posição do governo brasileiro e as ações tomadas por parte das autoridades europeias, o tema da imigração. Esta não deve ser criminalizada e, mesmo que haja uma repressão maior ao fluxo indivíduos para a Europa, os cidadãos brasileiros devem ser tratados com dignidade, tendo acesso, no mínimo, aos serviços básicos do Estado. No que concerne ao tema da proteção ambiental, a parceria estratégica foi de grande importância, facilitando o diálogo e ajudando à criação de políticas comuns na mitigação dos efeitos da mudança climática. Em suma, segundo a embaixadora, o atual momento das relações é bastante favorável, no entanto, é necessário que haja uma atenção à cooperação política para que, mesmo após o período de presidência espanhola na UE, os bons ventos continuem a soprar.

O senador Renato Casagrande focou sua intervenção no tema que, para ele, é o mais importante na atualidade, a segurança energética e as mudanças climáticas. Dada a nova inserção internacional brasileira, este assunto passou a ser muito debatido com a Europa. Há uma percepção de que o Brasil deve assumir novas responsabilidades em temas globais e os diálogos no âmbito da parceria estratégica sobre relações comerciais e segurança energética caminham justamente neste sentido. A UE tem uma matriz energética extremamente dependente de combustíveis fósseis, já o Brasil apresenta 46% de sua matriz composta por fontes renováveis, representando uma posição de vanguarda que, segundo o senador, é bastante apreciada pelos países europeus. No entanto, é necessário balancear isto com as oportunidades geradas, por exemplo, pelo pré-sal. O Brasil não pode, em nome de manter sua matriz energética com uma diversidade bastante acima da média internacional, ignorar fontes fundamentais para o seu desenvolvimento. Assim sendo, o senador Casagrande propõe incentivos para a expansão do Etanol (que já ocupa uma parcela de 16% de nossa matriz energética), mas também uma grande atenção para os projetos de prospecção de petróleo. Por fim, o senador ressaltou a importância das relações com a UE na troca de experiências sobre o uso de energia eólica e solar, fundamentais para que o Brasil atinja a meta de 38% de redução da emissão de gases poluentes.

O deputado europeu e presidente da Delegação para as Relações com os Países do Mercosul, Luis Yáñez-Barnuevo García, agradeceu aos organizadores do evento pela importante iniciativa e por incentivar o diálogo entre o Brasil e a Europa. O deputado focou sua breve intervenção na importância da retomada das negociações do acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia, assunto que motivou a visita da delegação de parlamentares europeus ao Brasil e à Argentina. Para o deputado, há um interesse de ambas as partes de que este acordo seja rapidamente assinado e o contexto da crise econômica gera oportunidades

para se avançar no diálogo. Uma face importante destas negociações está ligada à dependência energética europeia. Atualmente, mais de 50% da energia consumida no referido continente é importada, o que mostra a necessidade imediata de políticas de redução de gastos energéticos e diversificação da matriz energética e das fontes (atualmente muito presas à Rússia). Esta é, segundo o deputado, uma demanda comum e que deve incentivar a cooperação entre os países do Mercosul e a UE para além dos temas tradicionais de comércio, terrorismo e narcotráfico.

A deputada portuguesa, Edite Estrela, membro do Parlamento Europeu, também se mostrou bastante otimista em relação ao avanço das negociações entre o Mercosul e a UE. A deputada lembrou que os canais de diálogo entre o Brasil, o Mercosul e a UE começaram no período da presidência portuguesa e com forte apoio do governo espanhol (atual presidente da UE) e, portanto, vivemos um momento adequado para retomar este diálogo. Tratando sobre meio ambiente e energia, a deputada lembrou que não se pode ignorar a relação destes temas com o combate a pobreza e à garantia da segurança alimentar. As mudanças do clima tem impactos diferentes ao redor do globo, mas as consequências serão sentidas por todos e a nova categoria de refugiados ambientais explicita bem este ponto, forçando os Estados a pensarem em mecanismos de governança global assertivos na área de proteção do meio ambiente. É um imperativo ético que, mesmo tendo sido ignorado na COP 15, voltará a atormentar os líderes mundiais.

Após o almoço, oferecido a todos os participantes, teve início a segunda mesa com o tema: “Desafios e Experiências do Brasil e da União Europeia no contexto pós-Kyoto”. O primeiro palestrante a expôr suas opiniões foi o Embaixador Luiz Alberto Machado, chefe do Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais do Ministério das Relações Exteriores. O Embaixador elogiou a Europa por ser um bloco com peso importante nos debates sobre defesa do clima. As políticas da UE estão na vanguarda do sistema internacional e a interlocução recente com o Brasil tem proporcionado uma importante troca de experiências. Primando pelo multilateralismo, além do bom relacionamento com os países europeus, o Brasil mantém no âmbito do Grupo dos 77 + China uma articulação política importante, no entanto, estas negociações são complicadas e ainda é muito difícil encontrar uma posição convergente em um grupo tão grande. Mesmo com a dificuldade em articular posições tão distintas, para o Embaixador, a COP 15 não foi um total fracasso. Era um evento cercado por enorme expectativa por parte da sociedade civil e o resultado pouco vinculativo e bastante modesto ficou aquém das demandas. Contudo, é importante ter em mente que ao aceitarem suas responsabilidades, pela primeira vez, os países em desenvolvimento conseguiram que sua voz

fosse ouvida e participaram ativamente dos debates. Foi um êxito político que, para o Embaixador, abre boas perspectivas para os trabalhos pós-COP 15. O diálogo deve ser aprofundado e será possível atingir uma maior convergência no final do ano, na COP 16, em Cancún.

A pesquisadora da UFRJ e membro do Intergovernmental Panel on Climate Change, Suzana Kahn Ribeiro, começou sua intervenção tratando da desconfiança ainda existente nas pesquisas acerca do impacto da mudança climática. Para a pesquisadora, estas incertezas não estão apenas na sociedade civil, mas permeiam também diversos governos, o que dificulta as negociações e faz com que as decisões sejam postergadas. No entanto, estas incertezas não escondem que os problemas advindos das mudanças climáticas tem sérias consequências em todo o mundo, tornando-se um tema de segurança internacional. É fundamental, portanto, que o padrão de consumo de energia seja modificado, mantendo o ritmo de crescimento dos países, mas forçando à índices de poluição mais baixos. Segundo Suzana Kahn, o Brasil está atento a este tema e o lançamento do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas, que reúne especialistas, representantes de movimentos sociais e o governo em debates sobre o meio ambiente é uma prova disso. Este painel tem sido uma fonte importante de diretrizes para políticas públicas e vem dando um importante apoio a iniciativas de estudo na área, incentivando a criação de uma massa crítica no país acerca do tema. O Brasil está buscando se conhecer melhor, reduzindo as incertezas sobre as mudanças climáticas e os impactos na economia brasileira. Por fim, o Painel ajuda o Brasil a criar um banco de informações importantes e transparentes, o que acaba ajudando também nas negociações internacionais.

A Secretária de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, Branca Bastos Americano, afirmou que o Brasil deve olhar para as metas de redução de emissões de gases poluentes pensando diretamente na redução do desmatamento. Este representa um enorme desafio político e econômico, pois não se pode ignorar o desenvolvimento das regiões próximas à fronteiras florestais. O Brasil possui vantagens comparativas e tem caminhos para garantir seu crescimento respeitando o meio ambiente. Segundo a visão da senhora Branca Americano, é necessário que haja, por parte do governo e pela iniciativa privada, um maior investimento na busca por tecnologias limpas.

O deputado federal Raul Jungmann, apresentou um cenário bastante problemático para o meio ambiente, “ou nos unimos para resolver os problemas globais, ou sucumbiremos todos nos acusando”. Em sua análise, o deputado afirmou que houve nos últimos anos uma importante convergência política entre o Brasil e a UE. Contudo, com a crise financeira internacional, que afetou enormemente os EUA e a Europa, houve uma polarização política,

dificultando as negociações em diversas áreas. Além disso, Estados Unidos e China, os dois maiores poluidores do mundo, dificultam a adoção universal de metas significativas de redução de emissão de gases nocivos. Infelizmente, dado o cenário descrito e o acirramento das tensões políticas, não há muita esperança para a COP 16. Sendo assim, o que podemos fazer? Para o deputado, é fundamental utilizar a COP 16 para já debater sobre as perspectivas para 2012, ano em que expira o Protocolo de Kyoto. Além disso, pode-se iniciar um debate sobre a criação de uma agência internacional específica para o clima. O Deputado Jungmann afirmou não ser otimista, nem pessimista, em relação ao tema, mas realista. Alguns avanços podem ser obtidos, mas dificilmente veremos uma mudança estrutural nos próximos anos.

O segundo dia do Fórum Brasil-Europa teve lugar no Salão Ouro Preto, no Hotel Kubitschek Plaza. Buscando uma maior aproximação entre a plateia e os palestrantes, foi adotada uma metodologia distinta, na qual é favorecido o diálogo entre os palestrantes e destes com o público. A primeira mesa, moderada pelo professor de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, Eiti Sato, discutiu o tema “Energias renováveis, eficiência energética e sustentabilidade”.

O primeiro a realizar sua intervenção foi o Diretor do Departamento de Combustíveis Renováveis, da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis no Ministério de Minas e Energia, Ricardo Dornelles. Segundo o senhor Dornelles, o Brasil possui uma matriz energética com quase metade sendo de meios renováveis, uma situação ímpar entre países com grandes economias. Esta matriz bastante dinâmica não pode ser seguida por todos, mas, felizmente, o país possui um território que permite a exploração de energia hídrica e a cana-de-açúcar. Para o secretário, o debate entre segurança alimentar e produção de energia é falso, pois já foi comprovado que é possível manter o mesmo crescimento de ambos otimizando o uso de recursos naturais, humanos e tecnológicos. O governo brasileiro lançou recentemente diversas iniciativas que visam justamente a mapear o território brasileiro buscando oportunidades de expansão da fronteira agrícola, sem que haja impacto na cultura de alimentos e nas florestas ainda preservadas. Assim sendo, o Brasil está ciente dos problemas criados pelas mudanças climáticas, mas também busca um crescimento que permita uma melhor qualidade de vida a milhões de cidadãos, para isso, há a enorme preocupação com o desenvolvimento sustentável.

Dirk Aßmann, Diretor do Programa Energia da Agência de Cooperação Técnica Alemã (GTZ), apresentou o atual cenário do diálogo entre o governo brasileiro e a Alemanha e discutiu sobre medidas de mitigação das mudanças climáticas. As duas principais metas do Brasil deveriam ser a redução do desmatamento e o fortalecimento do uso de energias

renováveis e é justamente nestes dois temas que a GTZ atua. Sem ignorar a importância da capacidade de ofertar energia para o desenvolvimento do país, o senhor Aßmann, afirmou que deve-se buscar sempre eficiência energética. É muito mais vantajoso para um país incentivar o uso consciente de energia e apoiar a produção de fontes limpas, que construir usinas poluentes sem planejamentos de impacto ambiental. No entanto, ainda existe o receio por parte de muitos governos em investir em pesquisas no setor de energias alternativas (eólica e solar), pois não há a certeza acerca da potencialidade destas matrizes. No Brasil já existe um programa nacional de eficiência energética, mas nem todos os países apresentam a mesma preocupação por parte dos tomadores de decisão. Nesse sentido, é fundamental que haja cooperação e troca de experiências entre empresas e governos, para consolidar uma consciência internacional sobre a importância de um desenvolvimento sustentável.

O professor da Faculdade de Tecnologia da Universidade de Brasília, Ivan de Toledo Camargo, afirmou que o Brasil está bem posicionado no tema da segurança energética, mas deve haver um planejamento maior por parte do governo brasileiro, pois o consumo deve crescer muito nos próximos anos. O desenvolvimento econômico aumenta a demanda por energia e é necessário que haja uma oferta que não modifique o atual padrão da matriz energética brasileira, com quase 50% sendo renovável. A discussão sobre a construção de usinas hidroelétricas em rios da Amazônia entra neste contexto. A usina de Belo Monte, por exemplo, será uma fonte enorme de energia e dinheiro, devemos explorar este potencial. A área que será desmatada para levar a cabo este projeto, segundo o professor, seria o equivalente ao que é desmatado de floresta ao longo de um dia apenas. Há um impacto e este deve ser medido, mas não podemos perder de vista a proporção dos malefícios para a floresta em relação aos benefícios para o país.

Na segunda mesa do dia, com o tema: “Mudança do clima e proteção ambiental: repercussões na agenda política internacional”, sob a moderação do professor Virgílio Arraes, três especialistas no assunto fizeram suas intervenções. O primeiro foi o Chefe da Assessoria de Relações Internacionais da EMBRAPA, o senhor Elísio Contini, que apresentou as ações da empresa no sentido de garantir o abastecimento nacional com sustentabilidade. A principal medida da EMBRAPA para atingir seu objetivo é trabalhar com a economia de terra e, para tanto, há um grande investimento em pesquisas que aumentem a produtividade agrícola. Assim, cria-se a possibilidade de cultivo em áreas consideradas anteriormente como impróprias. Assim sendo, não há previsão no Brasil em relação a escassez de terra e o uso de agroenergia (biocombustíveis) não mudará este panorama. O medo de que plantações de soja e de cana-de-açúcar, voltadas apenas para produção de energia, criem uma situação de falta de

comida no país está extremamente equivocado. Nossa preocupação deve estar pautada nas alternativas para o desenvolvimento do país que não prejudiquem os projetos de proteção do clima.

O senhor Christoph Trusen, Consultor Sênior em desenvolvimento sustentável, afirmou que apenas observando os últimos debates do evento, já havia sido possível perceber como o mundo está em um processo de mudanças econômicas, sociais e políticas. Segundo o senhor Trusen, é necessário que se construa a percepção de que a sociedade deve estar baseada em um sistema econômico que produz pouca emissão de carbono à atmosfera e, para isso, é fundamental que seja estabelecido um marco de cooperação internacional. No regime de proteção do clima deve haver esta cooperação técnica e os Estados precisam assumir sua responsabilidade na mitigação dos efeitos da degradação do meio ambiente. Segundo o senhor Trusen, o Brasil está bem inserido neste debate, tendo articulado diversos programas em iniciativas em conjunto com países europeus.

A coordenadora política da *The Nature Conservancy* e professora da Universidade de Brasília, Fernanda Vianna de Carvalho, traçou uma perspectiva histórica dos debates sobre meio ambiente e afirmou que nos últimos 18 anos (tomando como marco a Rio-92), pode-se identificar diversos avanços na área da cooperação internacional. No entanto, ao contrário do que se possa imaginar, o conceito de desenvolvimento sustentável, apesar de ter virado praticamente um consenso, ganhou pouca validade prática. Atualmente, o termo foi aparelhado pelos diversos setores que não contribuem necessariamente para a preservação do meio ambiente. As discussões no âmbito da UNFCCC, conferência da ONU que trata sobre assuntos de mudança do clima, revelam este problema e são um exemplo da dificuldade de tornar a retórica em ações práticas de combate à poluição. Analisando a COP 15, a professora se mostrou bastante frustrada, afirmando que a articulação política entre o G 77 e a Europa não foi tão proveitosa quanto se imaginava anteriormente. Para poder incluir os EUA no debate, os países da UE abriram mão de diversos pontos do protocolo de Kyoto, contudo, esta posição gerou descontentamento entre os membros do G 77, dificultando uma articulação política durante as reuniões em Copenhague.

Após o almoço servido para todos os participantes no restaurante do Hotel Kubitschek Plaza, teve início a última mesa com o tema: “Possíveis iniciativas de cooperação entre Brasil e União Europeia na área de energia, meio ambiente e mudança climática”. A pesquisadora do FRIDE (Fundação para as Relações Internacionais e o Diálogo Exterior, Madri), Susanne Gratius apresentou um panorama bastante abrangente das relações entre o Brasil e a UE. Segundo a pesquisadora, esta relação se dá em três níveis: bilateral, Mercosul-UE e Brasil-

UE. O primeiro é o mais tradicional e mais consolidado. O segundo é ainda muito frágil e depende de conjunturas políticas favoráveis para poder avançar. O acordo comercial que voltou a ser negociado é uma mostra da falta de institucionalização deste diálogo. Já o terceiro nível é o que mais avança, apesar das relações externas europeias ainda serem bastante fragmentadas. O Brasil é visto como um importante parceiro, mas, como mostra a questão do Irã, muitas vezes são estabelecidas posições distintas em temas centrais. Especificamente sobre os temas do comércio e da proteção do meio ambiente, a articulação política tem sido bastante favorável para ambas as partes, mas os temas dos subsídios agrícolas ainda são polêmicos. Cabe ao Brasil assumir as responsabilidades do novo papel que desempenha no mundo, colocando-se mais assertivamente nas mesas de negociação dos principais temas globais e arcando com os custos de manutenção dos regimes de governança global.

O professor da Universidade de Brasília, Fúlvio Eduardo Fonseca, começou sua exposição esclarecendo alguns princípios importantes que são muito divulgados, mas pouco compreendidos. A maior parte das emissões, historicamente, vieram dos países ricos (tidos nesta discussão como sendo do “anexo 1”), estes tem obrigações de reduzir significativamente as emissões de gases poluentes. Os demais países formam o G 77 + China. Este grupo, que na verdade é composto por 135 países, é muito fragmentado, tendo interesses que, muitas vezes, são distintos e até conflitantes. Ao longo dos anos, os países estabeleceram suas estratégias para cumprir com as metas estabelecidas de redução de emissão e, principalmente os países europeus, avançaram muito na coordenação política neste tema. Comparando-se as posições do Brasil e da UE, pode-se dizer que há convergência política e técnica, mas a UE apostou muitas fichas em trazer os EUA para a discussão e essa postura, além de não ter obtido sucesso, ainda gerou polêmicas com os países em desenvolvimento. Para o professor Fúlvio Fonseca, o cenário de Copenhague deve se manter na COP 16, em Cancún, e na COP 17, na África do Sul.

Após os dois dias de palestras e debates, o XVII Fórum Brasil-Europa, com o tema “Clima, Energia e Meio Ambiente na Agenda Política entre o Brasil e a União Europeia” chegou ao fim tendo alcançado seus objetivos. Houve uma intensa troca de informações sobre o atual estágio das negociações acerca da proteção do meio ambiente e as perspectivas para a cooperação entre o Brasil e os países europeus.